

**ENERGIA PECÉM GÁS S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	702
Outros tributos compensáveis	5	9
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<u>711</u>
<b>Não circulante</b>		
Intangível		<u>1.356</u>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<u>1.356</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>2.067</u></u>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5	4
Outros tributos a recolher	5	19
Dividendos	9	8
Outras contas a pagar		8
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<u>39</u>
<b>Não circulante</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	<u>2.000</u>
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<u>2.000</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	9	1
Reservas de lucros	9	27
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<u>28</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>2.067</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGIA PECÉM GÁS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>
<b>Resultado financeiro</b>	10	
Receitas financeiras		49
		<b>49</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>49</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	11	
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14)
		<b>(14)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>35</b>
 <b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	12	
ON		0,03500

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGIA PECÉM GÁS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>
<b>Resultado do exercício</b>	35
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>35</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGIA PECÉM GÁS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<u>                    </u>	<u>                    -</u>	<u>                    -</u>	<u>                    </u>
Constituição / Integralização de Capital Social	1			1
Lucro líquido do exercício			35	35
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		2	(2)	-
Reserva de retenção de lucros		25	(25)	-
Dividendos obrigatórios			(8)	(8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<u>                    <b>1</b></u>	<u>                    <b>27</b></u>	<u>                    <b>-</b></u>	<u>                    <b>28</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGIA PECÉM GÁS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	<b>2025</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	49
	49
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>	
Outros tributos compensáveis	(9)
	(9)
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>	
Outros tributos a recolher	18
	18
<b>Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais</b>	<b>58</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	
Adições ao Imobilizado e Intangível	(1.356)
<b>Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de investimento</b>	<b>(1.356)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.000
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento</b>	<b>2.000</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>702</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	702
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	702
	<b>702</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1 Contexto operacional

A Energia Pecém Gás S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 2025, com sede no município de São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará e controlada pela Porto do Pecém Geração de Energia Ltda. (Porto do Pecém). A Companhia tem por objeto social: (a) desenvolvimento, a implantação, operação comercial, manutenção e exploração dos projetos de conversão para gás natural (b) a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, incluindo a geração e a comercialização de energia e capacidade elétrica, seja no âmbito de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ou de foro regulamentado por lei a transmissão de energia elétrica; (c) assessoria em projetos de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica; (d) a compra e venda, importação e exportação de equipamentos e maquinário ligados a geração de energia elétrica.

### 2 Base de preparação

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de abril de 2025. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

#### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

#### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 13.1.

#### 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

#### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### 2.6 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir.

**Notas explicativas**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**2.6.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da
				vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações trata da falta de conversibilidade de moedas, definindo como determinar a taxa de câmbio e exigindo divulgações adicionais quando uma moeda não for conversível.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Controlada	Este CPC tem por objetivo estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas	IAS 28 12/ IFRS 7 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2025

**2.6.2 Normativos emitidos não vigentes**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da
				vigência
CPC 48 e CPC 40 - Divulgação de Instrumentos Financeiros	Baseia-se no modelo de negócios da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais, podendo ser: custo amortizado; Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJOR).	IFRS 9 e 7	Pronunciamento	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas câmbio e conversão de demonstrações contábeis	O IFRS 18 emitido em abril de 2024 corresponde ao CPC 51. A norma introduz categorias padronizadas na Demonstração do Resultado: Operacional, Investimento, Financiamento, Impostos sobre o lucro e Atividades Descontinuadas. Cria subtotal obrigatório para o "Lucro Operacional" e o "Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos".	IAS 01	Pronunciamento	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgação	O Objetivo da Norma é permitir que subsidiárias elegíveis reduzam as divulgações em demonstrações financeiras (consolidadas, separadas ou individuais) sem comprometer a utilidade para usuários. Simplifica relatórios financeiros, mantendo a conformidade com as normas IFRS.	Diversas IASs	Pronunciamento	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3 Principal evento ocorrido durante o exercício de 2025**

**3.1 Reforma Tributária sobre o consumo**

As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 regulamentaram a Emenda Constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A reforma estabelece a substituição gradual da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e, parcialmente, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por novos tributos sobre o consumo.

O novo modelo contempla a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), ambos de competência da União, bem como do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033. O período de transição terá início em 2026, considerado fase de testes, com a aplicação de alíquotas de referência para CBS e IBS e a adequação dos documentos fiscais eletrônicos ao novo leiaute. A partir de 2027 está prevista a substituição do PIS e da COFINS pela CBS, bem como a redução das alíquotas do IPI para a maior parte dos produtos. Entre 2029 e 2032 ocorrerá a transição com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a implementação gradual do IBS. A partir de 2033, está prevista a plena vigência do novo modelo de tributação do consumo.

Até a presente data, os órgãos normativos contábeis no Brasil ainda não emitiram orientações específicas sobre os impactos contábeis decorrentes da reforma. Dessa forma, a Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais efeitos do novo regime sobre suas demonstrações financeiras, incluindo possíveis impactos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, bem como na recuperabilidade de créditos tributários existentes.

Eventuais impactos decorrentes da reforma serão reconhecidos nas demonstrações financeiras à medida que a regulamentação aplicável seja concluída e que seja possível realizar estimativas confiáveis de seus efeitos. A Companhia continuará monitorando a evolução da regulamentação e avaliará eventuais impactos adicionais à medida que novas orientações sejam emitidas pelas autoridades fiscais e órgãos normativos.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2025
Bancos conta movimento	2
Aplicações financeiras	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	700
Total	702

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

**Notas explicativas**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos**

	Saldo em		Atualização	Compensação de		Saldo em
	31/12/2024	Adição	monetária	tributos	Transferência	31/12/2025
Outros tributos compensáveis						
PIS e COFINS		8				8
IRRF sobre aplicações financeiras		11		(10)		1
Total	-	19	-	(10)	-	9
Circulante						9
Não circulante						
<b>Passivos a recolher</b>						
Imposto de renda e contribuição social a recolher		15		(10)	(1)	4
Total Circulante	-	15	-	(10)	(1)	4
Outros tributos a recolher						
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		52		(40)	1	13
Encargos com pessoal		24		(18)		6
Total circulante	-	76	-	(58)		19

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

**6 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora (Nota 8), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relaciona-mento	Duração	Ativo	Passivo	Receitas (Despesas)
			Circulante	Não Circulante	Operacionais
			31/12/2025	31/12/2025	2025
Adiantamento para futuro aumento de capital					
Porto do Pecém	Controladora			2.000	
				2.000	

**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****7 Intangível**

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

**7.1 Composição do Intangível**

	31/12/2025			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido
Intangível em curso				
Administração		1.356		1.356
Total intangível		1.356		1.356

**8 Dividendos**

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (ii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iii) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2024	Propostos	Pagamentos	31/12/2025
Porto do Pecém	-	8		8
		8		8

**9 Patrimônio líquido****9.1 Capital social**

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1 representado por 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	31/12/2025	
Acionistas	Ações Ordinárias	%
Porto do Pecém	1.000	100,00
Total	1.000	100,00

**9.2 Destinação do lucro**

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2025
Lucro líquido ajustado	35
Constituição da reserva legal - 5%	(2)
	33
<b>Destinação do lucro</b>	
Dividendos proposto	8
Lucro do Exercício a deliberar	25
	33

**9.3 Reservas de lucros**

	31/12/2025
Reservas de lucros	
Legal	2
Retenção de lucros	25
Total	27

**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****10 Resultado financeiro**

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>
Receitas financeiras		
		49
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	<u>49</u>

**11 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

	<u>2025</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	49
Alíquota	28%
IRPJ e CSLL	<u>(14)</u>
Alíquota efetiva	29%

**12 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	<u>2025</u>
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	35
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	<u>1.000</u>
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,035</u>

**13 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

**Notas explicativas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**13.1 Classificação dos instrumentos financeiros e gestão de riscos**

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo	Valor Contábil
			31/12/2025	31/12/2025
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>				
Aplicações financeiras	4		2	2
			<u>2</u>	<u>2</u>
<b>Custo amortizado</b>				
Bancos conta movimento		Nível 2	700	700
			<u>702</u>	<u>702</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	6	Nível 2	2.000	2.000
			<u>2.000</u>	<u>2.000</u>

**13.1.1 Ativos financeiros**

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

**• Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**13.1.2 Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

**13.1.3 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

**13.1.3.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**13.2 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

**13.3 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

**• Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

\* \* \*  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Jorge Nemr**  
Presidente

**Pedro Grunauer Kassab**  
Conselheiro

**Pedro Akos Litsek**  
Conselheiro

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**Pedro Litsek**  
Presidente

**Julio Renato Ribeiro Albien**  
Diretor

**José Gleylson Fernandes Silva**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Luiz Ricardo de Oliveira Beatrice**  
Diretor

**James Petini Cambuhy**  
Diretor de Operação

**CONTABILIDADE**

**Francisca Mônica dos Santos Gomes**  
Contadora - CRC-CE 10.182/O-0